



## PLANEJAR PARA INCLUIR: REFLEXÕES SOBRE AULAS ACESSÍVEIS A ALUNOS COM AUTISMO E NECESSIDADES ESPECÍFICAS

ALVES, Larissa Pereira<sup>1</sup>  
SOUZA, Alyne Claudyne Marques de<sup>2</sup>  
SANTOS, Ana Cristina Conceição<sup>3</sup>

**Grupo de Trabalho (GT): Educação Especial e Inclusão de Pessoas com Deficiências**

### RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões e resultados parciais de observações e registros feitos por bolsistas do PIBID, com foco na inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras necessidades educacionais específicas. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi realizada em uma escola pública do Sertão alagoano e analisou os desafios no planejamento e adaptação de aulas acessíveis. Os dados foram obtidos por meio de registros reflexivos das pibidianas, evidenciando a importância do planejamento intencional, da escuta ativa e de estratégias pedagógicas diferenciadas. Apesar dos avanços legais, ainda persistem dificuldades estruturais, formativas e atitudinais no contexto escolar. Conclui-se que a inclusão exige mais do que presença física, demandando ações concretas para garantir participação e aprendizagem significativa. O estudo reforça a necessidade de políticas públicas eficazes, formação continuada de professores e ambientes escolares que valorizem a diversidade como potência educativa, fundamentando-se em autores como Mantoan (2003), Oliveira (2020) e Mitter (2003).

**Palavras-chave:** Inclusão escolar. Transtorno do Espectro Autista. Planejamento pedagógico. PIBID. Necessidades educacionais específicas.

### INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e necessidades educacionais específicas continua a representar um desafio dentro das instituições de ensino, exigindo um alto grau de sensibilidade, preparação e dedicação por parte dos docentes. Planejar aulas acessíveis e adaptadas à diversidade das salas de aula é um esforço complexo, mas é essencial para defender o direito à educação de todos. Como bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), reconhecemos a importância de reavaliar os métodos pedagógicos e buscar estratégias que promovam um ensino mais inclusivo. Com isso, um dos maiores desafios da atualidade é proporcionar uma educação para todos, sem distinções, além de assegurar um trabalho educativo organizado e

<sup>1</sup> Universidade Federal de Alagoas. E-mail: [larissa.alves@delmiro.ufal.br](mailto:larissa.alves@delmiro.ufal.br)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas. E-mail: [alyne.soua@delmiro.ufal.br](mailto:alyne.soua@delmiro.ufal.br)

<sup>3</sup> Universidade Federal de Alagoas. E-mail: [ayana\\_candace@yahoo.com.br](mailto:ayana_candace@yahoo.com.br)





adaptado para atender às Necessidades Educacionais Especiais dos alunos. Nesse contexto, Oliveira (2020) destaca que:

O indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. Uma maneira de melhorar a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem é adaptar o currículo. ( p. 2).

Desta forma, é notável que a inclusão não se resume ao acesso físico a escola, mas sim de oferecer um suporte pedagógico. Durante as observações no campo escolar, foi possível perceber as diferentes necessidades dos alunos, inclusive daqueles que requerem maior suporte no processo de aprendizagem. Em muitos momentos, constatamos que adaptar as atividades pedagógicas não é apenas uma questão de modificar o conteúdo, mas de compreender a realidade de cada estudante e planejar para promover a participação de todos. Enfrentamos dificuldades para tornar as aulas acessíveis, principalmente ao lidar com o tempo de atenção reduzido de alguns alunos, barreiras na comunicação e limitações no uso de materiais adequados. No entanto, esses desafios abriram espaço para reflexões importantes sobre o papel do professor como mediador da aprendizagem e promotor da equidade.

Diante disso, este trabalho tem como objetivos refletir sobre as experiências vivenciadas no âmbito escolar, com foco no planejamento de aulas voltadas à inclusão de alunos com autismo e outras necessidades específicas; relatar as dificuldades enfrentadas pelas pibidianas na adaptação de atividades pedagógicas para atender à diversidade; e investigar formas de promover a equidade no processo de ensino-aprendizagem.

## OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo geral refletir sobre as experiências vivenciadas no contexto escolar, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), relacionadas ao planejamento e à execução de aulas voltadas à inclusão de alunos com autismo e outras necessidades educacionais especiais. A partir da prática das pibidianas em sala de aula, pretende-se compreender como o contato direto com a realidade escolar contribui para a





formação de uma postura pedagógica mais sensível, empática e comprometida com a diversidade.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O autismo é um transtorno do desenvolvimento caracterizado por desafios na comunicação e interação social, exigindo uma abordagem educacional adaptada. Portanto, na inclusão escolar, quando pensada de forma prática e efetiva, exige mudanças estruturais, mudanças pedagógicas e de postura profissional. A sala de aula é composta por uma diversidade de sujeitos com diferentes formas de aprender. Essa realidade impõe desafios diários aos docentes e, especialmente aos bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que estão em formação e precisam vivenciar o compromisso com a equidade no ensino. Lev Vigotski contribuiu para a compreensão do desenvolvimento infantil, trazendo a teoria sociointeracionista, ele destaca que a aprendizagem ocorre de forma mais eficaz na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), ou seja, entre o que a criança consegue fazer sozinha e o que pode realizar com ajuda. Com isso, no âmbito escolar, o educador atua oferecendo apoios temporários que são retirados conforme o aluno ganha autonomia, enfatizando que a aprendizagem e o desenvolvimento caminham juntos.

Maria Teresa Eglér Mantoan (2003) argumenta que a inclusão escolar é um avanço indispensável para a sociedade. tal inclusão exige mudança na perspectiva educacional, abrangendo além dos estudantes com deficiência e beneficiando todos os alunos. Ela defende que as instituições de ensino devem reconhecer e valorizar a diversidade humana, destacando que os desafios dessa diversidade não devem ser obstáculos, mas sim oportunidades para a transformação das práticas pedagógicas. Afirma que questões conceituais, violações constitucionais, interpretações tendenciosas e preconceitos sociais distorcem a compreensão acerca da inclusão escolar, restringindo-a à mera inserção de estudantes com deficiência no ensino regular.

Nesse mesmo sentido, Mittler (2003) afirma que a inclusão vai além de simplesmente colocar uma criança na escola. É preciso criar um ambiente onde





todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo, desse modo, valorizados.

Trazendo as leis, de acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação deve garantir o “acesso aos níveis mais elevados do ensino segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). No mesmo sentido, a Lei nº 13.146/2015, atualizada pela Lei nº 14.624/2023, define conceitos essenciais como acessibilidade, destacando que a inclusão não deve se limitar à presença física dos alunos em sala, mas à garantia de sua participação em todas as etapas da educação.

Portanto, os bolsistas do PIBID enfrentam dificuldades ao tentarem adaptar atividades pedagógicas às necessidades de seus alunos, como a falta de recursos, formação continuada e compreensão das especificidades do autismo, TDAH e outras condições. No entanto, é nesse processo de enfrentamento que surgem as reflexões mais significativas: como planejar aulas que realmente alcancem a todos? Quais estratégias garantem a equidade sem comprometer o ritmo coletivo? E como criar um ambiente onde a aprendizagem seja relacional, participativa e significativa, como propõe Mantoan?

## PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Esta pesquisa de caráter qualitativo envolve a análise e reflexão de experiências práticas no contexto escolar, durante as atividades do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), no subprojeto Práticas Interdisciplinares e Inovadoras de Leitura e Escrita nos anos iniciais do ensino fundamental, do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas-Campus do Sertão. O estudo desenvolveu-se a partir da observação direta e atuação das pibidianas na Escola Municipal de Educação Básica Eliseu Norberto, que atende alunos com autismo e outras necessidades educacionais específicas. O ambiente da pesquisa é a escola-parceira, onde, por meio da convivência e realização de atividades pedagógicas, foram refletidas práticas docentes inclusivas.

Visando uma prática docente mais inclusiva e eficaz, Mittler (2003) reforça:

Os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudança que mexem com seus valores e com suas





convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana. Os professores já estiveram sujeitos a uma avalanche de mudanças, nas quais suas visões não foram seriamente consideradas. É importante que a inclusão não seja vista apenas como uma outra inovação. (Mittler, 2003, p.184).

Nesse contexto, as reflexões propostas por Mittler dialogam com as experiências vivenciadas no âmbito do PIBID, sustentando a análise das práticas realizadas. Logo, os sujeitos do estudo são as licenciadas do PIBID, com foco nas vivências, desafios e aprendizagens no planejamento das aulas. Os alunos foram acompanhados, sem coleta de dados identificáveis, preservando sua privacidade. As informações foram organizadas por meio de registros em diários reflexivos e anotações após cada atividade. A análise, descritiva e interpretativa, considerou os desafios enfrentados, estratégias para inclusão e reflexões coletivas das pibidianas. Por se tratar de relato de experiência formativa, sem dados sensíveis ou aplicação de questionários, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, respeitando-se, contudo, os princípios éticos da educação, com cuidado e respeito à individualidade dos alunos e ao ambiente escolar.

## RESULTADOS

A análise parcial da prática pedagógica voltada à inclusão de crianças atípicas evidencia que ainda há um longo caminho a ser percorrido no que diz respeito à efetiva adaptação dos planos de aula e das estratégias de aprendizagem. Apesar dos avanços legais e teóricos proporcionados pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), estabelecendo no Art. 1º: “É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”, e pela Constituição Federal de 1988, observa-se que a realidade nas escolas, sobretudo da rede pública, está marcada por desafios estruturais, formativos e atitudinais.

Os relatos de campo e as observações realizadas nas atividades escolares, juntamente com o PIBID, demonstram que os planos de ensino nem sempre





contemplam as especificidades de aprendizagem dos alunos atípicos. A ausência de propostas didáticas, a limitação de recursos pedagógicos adaptados e a falta de formação continuada dos educadores dificultam uma aprendizagem significativa para essas crianças. Com isso, percebe-se que, muitas vezes, a presença da criança com autismo em sala de aula não garante, por si só, que ela esteja sendo contemplada nas dinâmicas educativas. As estratégias de ensino ainda são, em sua maioria, pensadas para uma “normalidade padrão”.

Apesar dos esforços realizados, a inclusão transcende a boa vontade e exige planejamento rigoroso, escuta atenta e postura flexível. Estratégias, como a de recursos visuais, a fragmentação de atividades e práticas lúdicas, favoreceram avanços na participação dos alunos com necessidades específicas. A escuta e a observação possibilitaram uma compreensão das singularidades desses alunos, subsidiando a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas. Ademais, as reflexões entre as pibidianas e o professor regente evidenciaram a relevância do processo de tentativa e erro como componente da formação docente. Dessa forma, planejar a inclusão configura-se como um processo contínuo de adaptação e aprendizagem, que reconhece a singularidade de cada estudante. O planejamento deve ser sensível às diferenças, oferecendo múltiplos percursos que assegurem a aprendizagem com dignidade e protagonismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas observações realizadas pelas pibidianas, durante as aulas presenciais, conclui-se que a inclusão dos estudantes com dificuldades de aprendizagem, diagnosticados ou não, continua sendo um dos principais desafios enfrentados no dia a dia escolar. A construção de planos de aula que atendam às necessidades desses estudantes, sem comprometer o progresso de toda a sala, cobra do educador um alto nível de planejamento, sensibilidade pedagógica e domínio de estratégias.

Embora haja um esforço perceptível por parte docente, especialmente por meio da leitura individual realizada pelo professor com esses alunos, das atividades específicas realizadas pela mediadora e do auxílio das pibidianas, observa-se que







essas ações ainda são insuficientes complexidade apresentadas. Com isso, evidencia a importância de políticas educacionais, investimentos em infraestrutura escolar, qualidade na formação continuada e suporte técnico-pedagógico, de modo a promover uma inclusão efetiva e garantir o direito à aprendizagem com equidade para todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

DALLA CORT, João Pedro; HABERMANN, Guilherme Marques; OLIVEIRA, Marineiva Moro Campos de; ROVEDA, Madaline Ficagna; PINCULINI, Ana Paula Gonçalves. **Análise do processo de aprendizagem do paciente com Transtorno do Espectro Autista com base no desenvolvimento atípico da criança segundo Lev Vigotski.** Contribuciones a las Ciencias Sociales, São José dos Pinhais, v. 16, 1. ed. São Paulo: Moderna, 2003.

GUIMARÃES, Cláudia Alessandra Pinheiro; PINTO, Fábio Coelho. **O processo de inclusão dos alunos autistas.** Magazine of Science.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** n. 11, 2023.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Tradução: Windyz Brazão. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. **Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista.** Revista Educação Pública, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020.

